



A CRISE DO CAPITAL, PANDEMIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: os rebatimentos para a formação acadêmico-profissional do/da Assistente Social

SILVA, Francisco Alyson de Lima Silva¹

FERREIRA, José Leandro Alves²

NÓBREGA, Mônica Barros da³

RESUMO: Durante a pandemia da COVID-19, a crise do capital ampliou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, e nesse cenário o trabalho profissional sofreu com suas inflexões que vem repercutindo diretamente na formação acadêmico-profissional, a qual se encontra alicerçada na perspectiva crítica que fundamenta o atual projeto de formação. Projeto este expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996, o qual defende um perfil profissional que seja capaz de apreender o movimento da sociedade burguesa e implementar respostas profissionais capazes de atender as necessidades da classe trabalhadora. Portanto, realizamos uma revisão de literatura ancorada no método crítico dialético que trata com rigor os elementos constituintes deste processo. Este estudo busca apresentar os reflexos dessa crise estrutural, da pandemia e, conseqüentemente, das mudanças no mundo do trabalho e como interferem diretamente na formação acadêmico-profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do Capital; Pandemia da Covid-19; Formação Acadêmico-Profissional em Serviço Social;

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 1970 é possível acompanhar a crise que assola todo o globo, que segundo Mézáros (2011) trata-se de uma crise histórica sem precedentes, e que não é apenas uma crise cíclica do capitalismo, mais ou menos extensa, como outras já

¹ Mestrando em Serviço Social (PPGSS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), francisco.alyson@aluno.uepb.edu.br

² Mestrando em Serviço Social (PPGSS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), jose.leandro.ferreira@aluno.uepb.edu.br

³ Docente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Doutora em Serviço Social (UFPE), monica.barros@servidor.uepb.edu.br

vivenciadas, se tratando assim de uma crise estrutural profunda do próprio sistema do capital. Segundo Chesnais (2003, p. 17) essa crise “só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção”.

Nesse contexto, de acordo com Mota (2019, p. 148), há uma “passivização das classes subalternas através da ofensiva das classes dominantes que atualizam as bases do seu domínio, erigindo novas formas de obtenção do consenso necessário à reestruturação da sua hegemonia”. Considerando a perspectiva da articulação entre formação e trabalho do/da assistente social é visível o acirramento dos efeitos da crise que merecem uma análise criteriosa, além de buscar apreender as condições em que essa dinâmica se expressa nas relações sociais.

Iamamoto (2015, p. 436) destaca que “a subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e a sua função pública”, com isso se somam a redução do financiamento, a desvalorização da docência, as inúmeras perdas salariais, e também a pulverização do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

No atual contexto histórico marcado, também, pela pandemia da Covid 19, onde o sofrimento, a banalização da vida, a destruição de direitos, do trabalho, bem como, o ensino remoto precário e os constantes ataques à universidade, a produção de conhecimento, e a democracia atravessam nosso cotidiano, e nos impelem a resistir.

Durante a já referida pandemia, a crise do capital ampliou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, e nesse cenário, o trabalho profissional sofreu com suas inflexões. Não obstante, precarizou-se ainda mais as condições de trabalho na qual se encontram inseridos os/as profissionais do Serviço Social.

Diante disto, buscamos realizar uma revisão de literatura que trate dos reflexos da crise estrutural do capital e os rebatimentos na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, ancorada na perspectiva marxiana, que requer aproximações sucessivas ao objeto, e que busca dessa forma, apreender a realidade concreta em sua complexidade, indo da aparência à essência do fenômeno pesquisado. Acreditamos que este estudo poderá contribuir para ampliar o debate na agenda profissional sobre o tema e fundamentar possíveis estratégias de enfrentamento dos desafios postos a formação acadêmico-profissional em Serviço Social neste lapso temporal.

Enfim, o presente artigo está estruturado em duas partes, além desta breve introdução e de uma sintética conclusão, seguida das referências bibliográficas utilizadas. A primeira parte do artigo versará sobre o contexto de crise estrutural e os seus desafios para a classe trabalhadora, na qual se encontram também como parte os/as Assistentes Sociais. A segunda parte destacará os reflexos dessa crise na formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

2. CRISE DO CAPITAL, PANDEMIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A crise do Capital e a explosão do novo coronavírus enquanto pandemia têm gerado consequências profundas para a humanidade que depende do seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se concomitantemente o empobrecimento e a miserabilidade da classe trabalhadora. No Brasil, vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social.

A sociedade contemporânea no decurso das últimas décadas vem enfrentando profundas transformações, com a crise que se apresenta e as respostas dadas por ela (neoliberalismo e reestruturação produtiva) presenciamos o que Antunes (2009, p.17-19) trata como “profundas mutações no interior do mundo do trabalho”, das quais o autor destaca “o desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas [...], degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza [...]”.

Neste cenário de crise estrutural do capital que afeta a dinâmica de reprodução da vida social, Mézáros (2011, p. 251), ressalta que “o capital é em si absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”. Essa incontornabilidade do capital e sua busca por constante expansão acarretam em mudanças na esfera do trabalho. Para compreender esta crise que nos preocupa se faz necessário entender que ela apresenta características que se manifestam em 4 (quatro) aspectos: sendo pois de caráter - universal (que não afeta apenas determinada esfera), de escopo - global (não se restringido a determinado país ou região), numa escala de tempo contínua - permanente (não sendo limitada ou cíclica como crises anteriores) e ocorre de modo - gradual. De modo que uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social, em todas suas relações, o que se impõe como natureza dessa crise como sendo complexa e prolongada.

Conforme Carcanholo (2010, p. 1) “é de natureza de o capitalismo funcionar em ciclos [...]”, ou seja, a crise é fator constitutivo do modo de produção capitalista. Para Netto (2012, p. 415), portanto, “não existe capitalismo sem crise”.

A partir do século XX, o capitalismo em sua fase monopolista expande-se pelo mundo, conseqüentemente o projeto da modernidade consolida-se de duas formas: a partir do modelo Fordista de produção e da experiência do socialismo “real” Soviético. Ou seja, os 2 (dois) projetos da modernidade; o pensamento formal-abstrato e pensamento crítico-dialético, começam a implementar suas ideias e como elas poderiam ser postas em prática na gestão de uma sociedade.

O Fordismo desenvolve-se a partir da aliança com o Keynesianismo, formando assim o que chamamos de “Estado de bem-estar-social”, sendo este o ápice do projeto da modernidade no qual se refere à burguesia e a consolidação do socialismo real, que acontecia em paralelo na União Soviética. No entanto, essas duas experiências da modernidade no século XX, fracassaram, em decorrência da crise do sistema capitalista da década de 1970, onde, segundo Antunes (2009, p.33) “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo”.

A crise econômica de 1970, fez com que fosse necessário mudar a forma de produção do sistema capitalista, o modelo fordista de produção em massa para consumo em massa, já não era mais funcional, adotou-se então o Toyotismo, modelo este mais flexível de produção. De acordo com Harvey (1998), a constituição de um novo padrão de acumulação flexível se caracteriza pela intensificação da precarização do trabalho, bem como, pela proliferação do desemprego estrutural. Posto isto, é relevante considerar que essas condições históricas vão ter incidência nas relações entre o Estado e a sociedade.

Com a mudança do modelo Fordista-Keynesiano, para o Toyotismo emerge a chamada corrente do pensamento pós-moderno, a flexibilização da produção, perpassa outros campos da vida social, das relações sociais. Harvey (1998, p. 145) coloca que “a transformação da estrutura do mercado de trabalho tem como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial”. Conforme Antunes (2009, p. 42) “o ciclo de expansão e vigência do Welfare State, entretanto, deu sinais de crise”.

Crises de superprodução renovam a produção da miséria, pelo desemprego, pela destruição de bens de uso que não se converteram em mercadorias. A concorrência desenfreada entre capitais exacerba a tendência à redução dos lucros; a introdução de tecnologias tenta freá-la, através de massas ainda maiores de mercadorias produzidas com menor número proporcional de trabalhadores. O desemprego é crescentemente constitutivo dessa dinâmica social e vem sendo convertido em forma de exploração do trabalho sem a mediação contratual, sem direitos, sem limites de jornada de trabalho (FONTES, 2017, p. 411).

Ceolin (2014) aponta que as modificações que se efetivam na esfera produtiva, incidem diretamente no trabalho e nas políticas sociais, com isso as manifestações da precarização das condições de trabalho dos/das assistentes sociais, são expressões da precariedade do trabalho, característico do padrão de acumulação em tempos de crise estrutural do capital.

No que se refere ao contexto pandêmico, de acordo com Antunes (2020), a pandemia ocorre em uma conjuntura em que já tínhamos um quadro cumulativo e alarmante de informalidade, desemprego e desproteção laboral no mercado de trabalho brasileiro, agravado no contexto do “capitalismo pandêmico” ou “capitalismo tóxico e virótico”, uma vez

que combina crescentes níveis de exploração e degradação humana à destruição sistemática do meio ambiente.

Ainda sobre a crise gerada pela pandemia de COVID-19, observa-se que esta,

demonstrou nitidamente a necessidade de um Estado interventivo tanto na defesa das condições de existência da classe trabalhadora, como na própria regulamentação da economia, o que evidencia que as políticas defendidas pelo modelo neoliberal não oferecem respostas à realidade social, econômica e política desse momento histórico, como já não o demonstrava à classe trabalhadora, desde sua implementação no Brasil no início da década de 1990 (NEGRI, SANTOS E KRÜGER, 2020, p. 5).

Nesse cenário, os/as assistentes sociais se encontram inseridos em maior quantitativo na esfera pública, por ser o Estado o seu maior empregador, revelando assim a importância da profissão do Serviço Social e sua relevância social, no atual contexto de desmonte das políticas públicas, cabe à profissão utilizar-se de estratégias que mitiguem as desigualdades inerentes ao modelo de sociabilidade no qual vivemos, já que a categoria profissional encontra-se inserida nos diversos espaços sócio-ocupacionais, por esse motivo conhecem e possuem proximidade com as necessidades sociais expressas nas mais diversas formas expressivas da questão social.

As/os Assistentes Sociais enquanto parte da classe trabalhadora, também se encontram na mira dos impactos dessa realidade. Para que o capitalismo supere essa crise estrutural, de acordo com Carcanholo (2011, p. 83), é necessário o “aumento do desemprego e da taxa de exploração do trabalho, com resultados óbvios para os trabalhadores, [...] redução da parcela dos gastos estatais com políticas sociais e por uma forte pressão por ajuste fiscal e reforma tributária [...]”, a saída da crise é jogada nas costas da classe trabalhadora, que vivencia inerte, a brutal retirada dos seus direitos.

3. REBATIMENTOS PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

As transformações profundas no mundo do capital desencadeadas a partir da crise dos anos 1970 resultaram no processo de contrarreformas que Behring (2008, p. 281) situa em sua análise que “esteve em curso no Brasil dos anos 1990 uma contra-reforma do Estado e não uma “reforma”, [...] uma contra-reforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas” e que incidem diretamente sobre a população brasileira e no conjunto dos trabalhadores. Consequentemente suas extensões para a educação e para o ensino superior, por exemplo, podemos citar o reordenamento do sistema educacional brasileiro com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 atravessada pelos interesses do mercado e conforme orientação de organismos multilaterais

– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), União Europeia (UE), Fundo Monetário Internacional (FMI) – que preconizam o redirecionamento para um novo perfil para o ensino superior e que traz impactos diretos no processo de formação - acadêmico profissional.

Assim, de acordo com Silva, Almeida e Andrade (2017, p. 60) “a década de 1990 registrou a assunção da agenda neoliberal no Brasil e os governos pós-Constituição, até os dias atuais, empreendem duras ofensivas contrarreformistas”, implicando em diversas barreiras para as conquistas da classe trabalhadora. Neste mesmo período a Política de Educação e todas as demais políticas sociais, são amplamente atacadas pelo amplo processo de contrarreforma a partir do receituário neoliberal adotado inicialmente pelo Governo Collor - Itamar Franco. E seguido pelos governos posteriores.

Pode-se apontar a contrarreforma das universidades brasileiras num ajuste ideal aos moldes do sistema capitalista, orientado pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial), onde o neoliberalismo apregoa a subordinação dos “direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias” (IAMAMOTO, 2015, p. 149), com rebatimentos negativos na formação profissional do/a assistente social.

A Contrarreforma do ensino superior atende aos interesses do capital, visando uma formação aligeirada e sem reflexão crítica. Portanto, este processo de contrarreforma encontra terreno fértil por meio da Lei nº 9.396/96, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sancionada em dezembro de 1996, e que segue os indicativos da contrarreforma do Estado como “a expansão do ensino privado, (...) redução da autonomia universitária, liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a subordinação do ensino ao mercado [...]” (ABRAMIDES, 2019, p. 169). É notável em todo o país a expansão crescente do ensino privado, ao passo que ocorre a precarização e destruição do ensino público.

A análise apresentada por Iamamoto (2015, p. 439) mostra que em 2006 quando da aprovação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o funcionamento dos cursos de graduação à distância, registrava-se que enquanto os cursos presenciais ofereciam 70% das vagas, “o EAD, em apenas dois anos de funcionamento, já é responsável por 30% do total ofertadas”, cenário este que se ampliou nos últimos 15 anos.

Faz-se necessário compreender como o processo de mercantilização e flexibilização do ensino superior, somados aos cortes nos recursos da educação pública tem contribuindo para o rebaixamento e aligeiramento da formação acadêmico profissional e reconfigurado o perfil profissional.

Conforme aponta Iamamoto (2015, p. 436) “desde o Governo Cardoso, quando o processo de privatização do ensino superior foi acelerado, o empresariado da educação

vem recebendo financiamento público, com recursos do BNDES”. A contrarreforma do ensino superior no governo FHC é marcada pelo viés “economicista e privatista, retira a educação da esfera pública e volta-se para a esfera privada” (ABRAMIDES, 2019, p. 171).

Importante demarcar a continuidade do neoliberalismo durante os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), certamente pôde-se observar uma tendência de intensificação da política fiscal e monetária adotada anteriormente por FHC em seu governo, num fiel cumprimento do receituário neoliberal. Destaca-se dentre as medidas adotadas pelo governo de Lula uma política de fortalecimento do ensino privado num movimento de deslocamento dos recursos públicos, destaque para o “Programa Universidade para Todos” (PROUNI), a expansão da educação a distância visando atender as exigências de mercado e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) como programa de expansão do ensino superior nas universidades públicas, o que vem acentuar a precarização do ensino, pesquisa e extensão, num jogo de ampliação numérica de vagas, sem preocupação com a qualidade da formação.

Todo esse contexto neoliberal e sucateamento da educação tende a se aprofundar nos governos que se seguem, a saber: Dilma Rousseff (2011-2016) que ampliou o financiamento para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o PROUNI. Foram adotados alguns parâmetros para a política educacional e que foram incorporadas pelas IESs em todo o país, como “[...] competitividade, empreendedorismo, mobilidade internacional, destacando a universidade no desenvolvimento econômico e social, internacionalização no ensino superior em que ocorre o crescimento do interesse do capital pela educação” (VIDAL, 2016 *apud* ABRAMIDES 2019, p. 183).

Dilma Rousseff, enfraquecida pelos reflexos tardios da crise de 2008 e pelas disputas internas de poder da burguesia no Brasil, tem seu mandato interrompido a partir de um golpe parlamentar-midiático, que de acordo com Borges e Matos (2020, p. 73) “permitiu a ascensão de Temer ao poder, abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, [...] com congelamentos de recursos e inversão de prioridades”. Neste contexto de golpe, o Governo Michel Temer (2016-2018) tinha a missão de aprofundar o ajuste fiscal e a destruição dos direitos sociais, missão esta anunciada antes mesmo da concretização do golpe, quando da apresentação do programa “Uma Ponte para o Futuro”, esta ponte possibilitou o fim de um governo neodesenvolvimentista com pressa e tendo em vista pôr em prática um governo de ofensiva ultraneoliberal. Para Lira (2018, p. 919),

O golpe de Estado no Brasil, portanto, não é contra a corrupção, como se faz manifestar nos discursos presentes na sua defesa; na verdade, ele nada mais é do que a retomada do poder político de uma burguesia local, dependente, associada ao capital estrangeiro, agora financeiro, que busca desesperadamente recuperar suas

margens de lucro e garantir os privilégios historicamente concedidos a uma classe em detrimento de outra.

Não obstante tão grande afronta à democracia se gesta nesse período: a construção de um projeto político de direita que une o que de mais conservador e reacionário existe enraizado na sociedade brasileira, culminando na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro. Demier (2020, p. 97) sinaliza que, do ponto de vista histórico, “a burguesia brasileira parece só se realizar efetivamente sob Bolsonaro. O seu governo é o produto da união entre uma burguesia golpista com medo das urnas e um neofascista com excelentes chances nelas”. O Governo Bolsonaro (2019-2022) em pouco tempo mostrou a que veio, consolidando no plano econômico o “ultraneoliberalismo” e no campo da formação acadêmica visualizamos:

[...] perseguição ideológica às universidades públicas, manifestas nos cortes e contingenciamentos de recursos, suspensão de programas e de bolsas para iniciação científica, para a pesquisa acadêmica, dificuldades para a política de cotas e permanência na Universidade, um evidente enfrentamento à democratização desta instituição secular, reforçando o modelo de universidade privatista e elitista (BORGES e MATOS, 2020, p. 73).

A crise sanitária decorrente do novo coronavírus SARS-CoV-2, conforme Leite (2020, p.1) “é capaz de evidenciar os limites impostos pelas políticas neoliberais vigentes há mais de 40 anos, expressando as profundas desigualdades e fragilidades das sociedades capitalistas”. Durante a pandemia, a crise do capital ampliou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, e nesse cenário a universidade foi duramente atacada, enquanto isso, a lógica da educação privada acirrou ainda mais a busca por lucros, movimento esse registrado na análise de Antunes (2020, p. 20) que aponta que “a expansão do EAD vem se constituindo em decisivo veículo para a conversão dessas instituições em grandes conglomerados privados educacionais”, processo amplo desencadeado a partir da flexibilização trazida pela LDB e que vai repercutir na precarização e no aligeiramento da formação.

Nesse sentido, Iamamoto (2015, p.436) aponta claramente que “a subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e a sua função pública”, com isso se somam a redução do financiamento, a desvalorização da docência, as inúmeras perdas salariais, e também a pulverização do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse mesmo cenário, cabe destacar o grande avanço dos cursos de Serviço Social na modalidade de ensino a distância, decorrente da organização produtiva do capital, no mesmo passo em que ocorre um intenso sucateamento da educação pública. Esta agenda de transformações adotadas pelos governos brasileiros segue as exigências do grande capital, que necessita de força de trabalho, e utilizam a imagem de “política inclusiva”, conforme destaca Chagas (2016, p.46). Esse processo de precarização da

educação superior demonstra o objetivo do mercado em responsabilizar o indivíduo por sua educação, desresponsabilizando, assim, o Estado, que se utiliza dessa bandeira da democratização do ensino superior, pela via do mercado, para privilegiar o sucateamento e a privatização das universidades públicas, incentivando a criação de instituições privadas e a expansão da modalidade Ead.

Ao se analisar todas essas indicações, é possível entender o real objetivo de todo esse processo de precarização da educação superior, não existe uma preocupação em incluir a classe trabalhadora no acesso à Universidade, pelo contrário, ocorre uma segregação. Segundo Pereira (2012, p.43), “[...] para as camadas empobrecidas da população, o EAD ou cursos privados presenciais [...] e, para as elites e camadas médias altas, uma educação nas universidades públicas [...]” nestes cursos é evidente a simplificação e banalização dos conteúdos primordiais e basilares da formação profissional, buscando formar um perfil profissional técnico especializado e alinhado às necessidades do mercado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, podemos dizer que as modificações que se efetivam na esfera produtiva incidem diretamente no trabalho e nas políticas sociais, manifestando-se nas condições de trabalho, que somados ao contexto de pandemia e as medidas do atual governo ultraneoliberal brasileiro intensifica ainda mais o desmonte das políticas públicas e pressiona os/as profissionais do Serviço Social a utilizarem estratégias que mitiguem seus efeitos desastrosos.

Entendemos também que diante do contexto de crise do capital faz-se necessário apreendermos como o processo de mercantilização e flexibilização do ensino superior, somados aos cortes nos recursos da educação pública têm contribuindo para o rebaixamento e aligeiramento da formação, e reconfigurado o perfil profissional, rebatendo diretamente no trabalho profissional do Assistente Social.

O processo de precarização da educação superior demonstra o objetivo do mercado, em responsabilizar o indivíduo por sua educação, desresponsabilizando assim o Estado, que se utiliza dessa bandeira da democratização do ensino superior, pela via do mercado, para privilegiar o sucateamento e a privatização das universidades públicas, incentivando a criação de instituições privadas e a expansão da modalidade EAD.

Destacamos aqui, que este estudo não é suficiente por si só para considerar todos os elementos que perpassam a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no contexto de crise estrutural do capital, sendo necessárias novas incursões já que o chão

histórico tem apresentado transformações rápidas que interferem diretamente na articulação, formação e trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed., 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo . **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: Ruptura com o Conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BORGES, M. E. S; MATOS, M. C de. **As duas faces da mesma moeda**: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. *In*: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 71-87, 2020.

CARCANHOLO, M. **Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo**: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e sociedade**: revista de cultura política, V. I, n. 3, Ed. Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez, p. 73 a 84, 2011.

CARCANHOLO, M. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora**. *In*: **Aurora, Revista**. Marília: PGPGS, V. 3 , n. 2, p. 01 a 10, 2010.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, : Cortez, n. 118, abr./jun. p. 239-264, 2014,.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **Ensino a Distância e Serviço Social**: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. *In*: **Rev. Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, jan-jul., p. 43-58, 2016.

CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Cemarx, 2003.

DEMIER, Felipe. **Burguesia e pandemia**: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro. *In* BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 89 – 101, 2020.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, crises e conjuntura**. *In*: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, : Cortez, n. 130, set./dez. 2017, p. 409-425,.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEITE, Kelen Chistina. **A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho**. In: **Revista Psicologia e Sociedade** n. 32, Dossie. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, Brasil, p. 1-18, 2020.

Lira, T. S. V. **Superexploração da força de Trabalho, Crise e golpe de Estado no Brasil**. In: **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, São Luiz: EDUFMA, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro**. In CISLAGHI, Juliana Fiuza. DEMIER, Felipe. **O Neofacismo no poder (ano 1): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

NETTO, J. P. **Crise do capital e consequências societárias**. In: **Ser. Soc e Soc**. São Paulo: Cortez, n. 11, 2012. p. 413 a 429.

NEGRI, Fabiana Luiza; SANTOS, Maria Teresa dos; KRÜGER, Tânia Regina. **Atuação da/o Assistente Social em face da Pandemia da Covid19: Orientações Técnicas Elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS** (Abril/2020) Disponível em: <https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/08/artigo_atuacaodoas.pdf> Acesso em: 18 de outubro de 2021.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Expansão dos cursos de serviço social na modalidade EAD: direito à educação ou discriminação educacioanal?** In: **Revista Ser Social**, Brasília: UNB, v. 14, n. 30, p.30-49, jan-jun, p. 28-47, 2012.

SILVA, S. S de S.; ALMEIDA, L. M de; ANDRADE S. S. **Neoliberalismos e contrarreformas das políticas sociais no Brasil**. In: **Contrarreforma, intelectuais e serviço social**. SILVA, A.X.; NÓBREGA, M. B. DA; MATIAS, T.S.C. (orgs). Campina Grande: EDUEPB, p. 54-73 2017.